



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Clipping Especial - MPRJ divulga censo inédito

de acolhimento familiar no estado

Agência Brasil | Nacional

Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ /

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado 4

Notícias - 21/11/2022

Diário de Petrópolis | Rio de Janeiro

Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ /

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado 6

Notícias - 21/11/2022

Isto É Online | Nacional

Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ /

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado 8

Notícias - 21/11/2022

O Fluminense | Rio de Janeiro

Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ /

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado 10

Notícias - 21/11/2022

Foco Regional | Rio de Janeiro

Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ /

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no RJ 12

Notícias - 21/11/2022

Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ /

Estado 14

Notícias - 21/11/2022

Brasil em Folhas | Goiás

Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Rio, MPRJ na Mídia - MPRJ /

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado 16

Notícias - 21/11/2022

UOL | Nacional

Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Rio, MPRJ na Mídia - MPRJ /

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado 18

Notícias - 21/11/2022

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Evento realizado hoje (21) no **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)** chama a atenção para a necessidade de ampliar o serviço de acolhimento familiar no estado. No Rio, das 1.455 crianças e adolescentes acolhidos, apenas 128, o equivalente a 8,8%, estão em famílias acolhedoras. A meta é chegar a pelo menos 20% até 2025. Essa modalidade está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O acolhimento familiar é uma das modalidades de atendimento de crianças e adolescentes que precisam ser provisoriamente afastados de sua família de origem por medida protetiva. Segundo o ECA, ela deve ter preferência em relação ao acolhimento institucional. Segundo o **MPRJ**, diferentemente dos abrigos institucionais, em que crianças em situação de vulnerabilidade são cuidadas por educadores contratados, no acolhimento familiar elas são recebidas por famílias que ficam com a guarda provisória da criança ou do adolescente até que possam retornar à sua família de origem ou serem encaminhados para adoção.

'Teríamos que ter número maior de crianças em acolhimento familiar, como ocorre em outros países e regiões, como os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido, que têm índices elevados desse tipo de acolhimento. No Brasil, ocorre o inverso', diz o promotor de Justiça Rodrigo Medina.

O objetivo do Seminário Estadual Família Acolhedora é, portanto, segundo Medina, fortalecer os serviços que já existem no estado de acolhimento familiar, além de orientar, capacitar e repassar informações aos gestores municipais que ainda não implementaram a modalidade.

Censo inédito

Para qualificar a discussão, o **MPRJ** divulga o censo inédito sobre acolhimento familiar no Rio de Janeiro, com dados extraídos do Módulo Criança e Adolescente (MCA). Os dados mostram que apenas 16 dos 92 municípios fluminenses têm essa modalidade de acolhimento familiar. A maior parte dessas crianças e adolescentes está na cidade do Rio de Janeiro (67,19%), seguida por São Gonçalo (17,19%) e Nova Iguaçu (4,69%).

O censo mostra ainda que 37,5% das crianças acolhidas em famílias têm até 6 anos de idade. Outras 25% têm entre 7 e 11 anos; 21,88%, entre 12 e 15 anos; e 15,63%, entre 16 e 18 anos. Pouco mais da metade (51,5%) são meninos e 88,3% são negros.

O principal motivo de acolhimento dessas crianças e adolescentes é negligência (38,8%), seguido de transferência de outro regime de atendimento (20,31%) e responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença (7%).

Segundo Medina, o acolhimento familiar é capaz de proporcionar mais cuidado e atenção a crianças e adolescentes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade. As famílias voluntárias são cuidadosamente selecionadas e as crianças são acompanhadas quase diariamente por equipes

especializadas durante o período de acolhimento.

Com o objetivo de ampliar o atendimento no Brasil, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora, grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais no assunto, atores governamentais e não governamentais, estabeleceu a meta de que, até 2025, pelo menos 20% de todas as crianças e adolescentes no Brasil que necessitam de acolhimento estejam em famílias acolhedoras. Em todo o país, cerca de 6% das crianças e adolescentes são atendidos por essa modalidade.

"Há vários entraves em relação a esse programa, que vão desde o desconhecimento dos gestores municipais, que não sabem como funciona e não conhecem os benefícios para a criança, que ao invés de estar em uma instituição, está em uma casa de família, até as dificuldades de logística, de localizar e de capacitar essas famílias voluntárias", diz Medina.

O seminário é promovido pelo **MPRJ**, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da **Infância e Juventude** (CAO **Infância e Juventude**), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens. O evento conta com painéis, e palestras abordarão diferentes aspectos do acolhimento familiar, com o objetivo de difundir o serviço entre os municípios do estado. Entre os especialistas que participarão do seminário estão acolhedores, representantes do Ministério da **Cidadania** e profissionais de áreas como psicologia, assistência social, serviço social e políticas públicas. A programação está disponível online.

Edição: Graça Adjuto

Assuntos e Palavras-Chave: Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado

Será durante o seminário estadual Família Acolhedora

Foto: Fernando Frazão / Agência Brasil

Mariana Tokarnia - Agência Brasil - Rio de Janeiro

Evento realizado hoje (21) no **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)** chama a atenção para a necessidade de ampliar o serviço de acolhimento familiar no estado. No Rio, das 1.455 crianças e adolescentes acolhidos, apenas 128, o equivalente a 8,8%, estão em famílias acolhedoras. A meta é chegar a pelo menos 20% até 2025. Essa modalidade está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O acolhimento familiar é uma das modalidades de atendimento de crianças e adolescentes que precisam ser provisoriamente afastados de sua família de origem por medida protetiva. Segundo o ECA, ela deve ter preferência em relação ao acolhimento institucional.

Segundo o **MPRJ**, diferentemente dos abrigos institucionais, em que crianças em situação de vulnerabilidade são cuidadas por educadores contratados, no acolhimento familiar elas são recebidas por famílias que ficam com a guarda provisória da criança ou do adolescente até que possam retornar à sua família de origem ou serem encaminhados para adoção.

'Teríamos que ter número maior de crianças em acolhimento familiar, como ocorre em outros países e regiões, como os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido, que têm índices elevados desse tipo de acolhimento. No Brasil, ocorre o inverso', diz o promotor de Justiça Rodrigo Medina.

O objetivo do Seminário Estadual Família Acolhedora é, portanto, segundo Medina, fortalecer os serviços que já existem no estado de acolhimento familiar, além de orientar, capacitar e repassar informações aos gestores municipais que ainda não implementaram a modalidade.

Censo inédito

Para qualificar a discussão, o **MPRJ** divulga o censo inédito sobre acolhimento familiar no Rio de Janeiro, com dados extraídos do Módulo Criança e Adolescente (MCA). Os dados mostram que apenas 16 dos 92 municípios fluminenses têm essa modalidade de acolhimento familiar. A maior parte dessas crianças e adolescentes está na cidade do Rio de Janeiro (67,19%), seguida por São Gonçalo (17,19%) e Nova Iguaçu (4,69%).

O censo mostra ainda que 37,5% das crianças acolhidas em famílias têm até 6 anos de idade. Outras 25% têm entre 7 e 11 anos; 21,88%, entre 12 e 15 anos; e 15,63%, entre 16 e 18 anos. Pouco mais da metade (51,5%) são meninos e 88,3% são negros.

O principal motivo de acolhimento dessas crianças e adolescentes é negligência (38,8%), seguido de transferência de outro regime de atendimento (20,31%)

e responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença (7%).

Segundo Medina, o acolhimento familiar é capaz de proporcionar mais cuidado e atenção a crianças e adolescentes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade. As famílias voluntárias são cuidadosamente selecionadas e as crianças são acompanhadas quase diariamente por equipes especializadas durante o período de acolhimento.

Com o objetivo de ampliar o atendimento no Brasil, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora, grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais no assunto, atores governamentais e não governamentais, estabeleceu a meta de que, até 2025, pelo menos 20% de todas as crianças e adolescentes no Brasil que necessitam de acolhimento estejam em famílias acolhedoras. Em todo o país, cerca de 6% das crianças e adolescentes são atendidos por essa modalidade.

"Há vários entraves em relação a esse programa, que vão desde o desconhecimento dos gestores municipais, que não sabem como funciona e não conhecem os benefícios para a criança, que ao invés de estar em uma instituição, está em uma casa de família, até as dificuldades de logística, de localizar e de capacitar essas famílias voluntárias", diz Medina.

O seminário é promovido pelo **MPRJ**, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da **Infância e Juventude** (CAO **Infância e Juventude**), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens. O evento conta com painéis, e palestras abordarão diferentes aspectos do acolhimento familiar, com o objetivo de difundir o serviço entre os municípios do estado. Entre os especialistas que participarão do seminário estão acolhedores, representantes do Ministério da **Cidadania** e profissionais de áreas como psicologia, assistência social, serviço social e políticas públicas. A programação está disponível online.

Assuntos e Palavras-Chave: Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Evento realizado hoje (21) no **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)** chama a atenção para a necessidade de ampliar o serviço de acolhimento familiar no estado. No Rio, das 1.455 crianças e adolescentes acolhidos, apenas 128, o equivalente a 8,8%, estão em famílias acolhedoras. A meta é chegar a pelo menos 20% até 2025. Essa modalidade está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O acolhimento familiar é uma das modalidades de atendimento de crianças e adolescentes que precisam ser provisoriamente afastados de sua família de origem por medida protetiva. Segundo o ECA, ela deve ter preferência em relação ao acolhimento institucional. Segundo o **MPRJ**, diferentemente dos abrigos institucionais, em que crianças em situação de vulnerabilidade são cuidadas por educadores contratados, no acolhimento familiar elas são recebidas por famílias que ficam com a guarda provisória da criança ou do adolescente até que possam retornar à sua família de origem ou serem encaminhados para adoção.

CNJ: Justiça manda apurar situação de crianças em acampamentos .

Após pandemia, Rio amplia acolhimento de crianças e adolescentes.

'Teríamos que ter número maior de crianças em acolhimento familiar, como ocorre em outros países e regiões, como os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido, que têm índices elevados desse tipo de acolhimento. No Brasil, ocorre o inverso', diz o promotor de Justiça Rodrigo Medina.

O objetivo do Seminário Estadual Família Acolhedora é, portanto, segundo Medina, fortalecer os serviços que já existem no estado de acolhimento familiar, além de orientar, capacitar e repassar informações aos gestores municipais que ainda não implementaram a modalidade.

Censo inédito

Para qualificar a discussão, o **MPRJ** divulga o censo inédito sobre acolhimento familiar no Rio de Janeiro, com dados extraídos do Módulo Criança e Adolescente (MCA). Os dados mostram que apenas 16 dos 92 municípios fluminenses têm essa modalidade de acolhimento familiar. A maior parte dessas crianças e adolescentes está na cidade do Rio de Janeiro (67,19%), seguida por São Gonçalo (17,19%) e Nova Iguaçu (4,69%).

O censo mostra ainda que 37,5% das crianças acolhidas em famílias têm até 6 anos de idade. Outras 25% têm entre 7 e 11 anos; 21,88%, entre 12 e 15 anos; e 15,63%, entre 16 e 18 anos. Pouco mais da metade (51,5%) são meninos e 88,3% são negros.

O principal motivo de acolhimento dessas crianças e adolescentes é negligência (38,8%), seguido de transferência de outro regime de atendimento (20,31%) e responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença (7%).

Segundo Medina, o acolhimento familiar é capaz de proporcionar mais cuidado e atenção a crianças e adolescentes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade. As famílias voluntárias são cuidadosamente selecionadas e as crianças são acompanhadas quase diariamente por equipes especializadas durante o período de acolhimento.

Com o objetivo de ampliar o atendimento no Brasil, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora, grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais no assunto, atores governamentais e não governamentais, estabeleceu a meta de que, até 2025, pelo menos 20% de todas as crianças e adolescentes no Brasil que necessitam de acolhimento estejam em famílias acolhedoras. Em todo o país, cerca de 6% das crianças e adolescentes são atendidos por essa modalidade.

'Há vários entraves em relação a esse programa, que vão desde o desconhecimento dos gestores municipais, que não sabem como funciona e não conhecem os benefícios para a criança, que ao invés de estar em uma instituição, está em uma casa de família, até as dificuldades de logística, de localizar e de capacitar essas famílias voluntárias', diz Medina.

O seminário é promovido pelo **MPRJ**, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da **Infância e Juventude** (CAO **Infância e Juventude**), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens. O evento conta com painéis, e palestras abordarão diferentes aspectos do acolhimento familiar, com o objetivo de difundir o serviço entre os municípios do estado. Entre os especialistas que participarão do seminário estão acolhedores, representantes do Ministério da **Cidadania** e profissionais de áreas como psicologia, assistência social, serviço social e políticas públicas. A programação está disponível online.

Siga a Istoé no Google News e receba alertas sobre as

principais notícias

Outros Destaques Banco Master é novo patrocinador máster do OAK Racing Team na Porsche Cup Um prêmio para quem faz acontecer Crédito, seguros, investimentos? As lições de quem comanda as melhores empresas do Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: -

Evento realizado hoje (21) no **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)** chama a atenção para a necessidade de ampliar o serviço de acolhimento familiar no estado. No Rio, das 1.455 crianças e adolescentes acolhidos, apenas 128, o equivalente a 8,8%, estão em famílias acolhedoras. A meta é chegar a pelo menos 20% até 2025. Essa modalidade está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O acolhimento familiar é uma das modalidades de atendimento de crianças e adolescentes que precisam ser provisoriamente afastados de sua família de origem por medida protetiva. Segundo o ECA, ela deve ter preferência em relação ao acolhimento institucional. Segundo o **MPRJ**, diferentemente dos abrigos institucionais, em que crianças em situação de vulnerabilidade são cuidadas por educadores contratados, no acolhimento familiar elas são recebidas por famílias que ficam com a guarda provisória da criança ou do adolescente até que possam retornar à sua família de origem ou serem encaminhados para

adoção.

"Teríamos que ter número maior de crianças em acolhimento familiar, como ocorre em outros países e regiões, como os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido, que têm índices elevados desse tipo de acolhimento. No Brasil, ocorre o inverso", diz o promotor de Justiça Rodrigo Medina.

O objetivo do Seminário Estadual Família Acolhedora é, portanto, segundo Medina, fortalecer os serviços que já existem no estado de acolhimento familiar, além de orientar, capacitar e repassar informações aos gestores municipais que ainda não implementaram a modalidade.

Censo inédito

Para qualificar a discussão, o **MPRJ** divulga o censo inédito sobre acolhimento familiar no Rio de Janeiro, com dados extraídos do Módulo Criança e Adolescente (MCA). Os dados mostram que apenas 16 dos 92 municípios fluminenses têm essa modalidade de acolhimento familiar. A maior parte dessas crianças e adolescentes está na cidade do Rio de Janeiro (67,19%), seguida por São Gonçalo (17,19%) e Nova Iguaçu (4,69%).

O censo mostra ainda que 37,5% das crianças acolhidas em famílias têm até 6 anos de idade. Outras 25% têm entre 7 e 11 anos; 21,88%, entre 12 e 15 anos; e 15,63%, entre 16 e 18 anos. Pouco mais da metade (51,5%) são meninos e 88,3% são negros.

O principal motivo de acolhimento dessas crianças e adolescentes é negligência (38,8%), seguido de transferência de outro regime de atendimento (20,31%) e responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença (7%).

Segundo Medina, o acolhimento familiar é capaz de proporcionar mais cuidado e atenção a crianças e adolescentes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade. As famílias voluntárias são

cuidadosamente selecionadas e as crianças são acompanhadas quase diariamente por equipes especializadas durante o período de acolhimento.

Com o objetivo de ampliar o atendimento no Brasil, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora, grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais no assunto, atores governamentais e não governamentais, estabeleceu a meta de que, até 2025, pelo menos 20% de todas as crianças e adolescentes no Brasil que necessitam de acolhimento estejam em famílias acolhedoras. Em todo o país, cerca de 6% das crianças e adolescentes são atendidos por essa modalidade.

"Há vários entraves em relação a esse programa, que vão desde o desconhecimento dos gestores municipais, que não sabem como funciona e não conhecem os benefícios para a criança, que ao invés de estar em uma intuição, está em uma casa de família, até as dificuldades de logística, de localizar e de capacitar essas famílias voluntárias", diz Medina.

O seminário é promovido pelo **MPRJ**, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da **Infância e Juventude** (CAO **Infância e Juventude**), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens. O evento conta com painéis, e palestras abordarão diferentes aspectos do acolhimento familiar, com o objetivo de difundir o serviço entre os municípios do estado. Entre os especialistas que participarão do seminário estão acolhedores, representantes do Ministério da **Cidadania** e profissionais de áreas como psicologia, assistência social, serviço social e políticas públicas. A programação está disponível online.

Foto: Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no RJ



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Evento realizado nesta segunda-feira (21) no **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)** chama a atenção para a necessidade de ampliar o serviço de acolhimento familiar no estado. No Rio, das 1.455 crianças e adolescentes acolhidos, apenas 128, o equivalente a 8,8%, estão em famílias acolhedoras. A meta é chegar a pelo menos 20% até 2025. Essa modalidade está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O acolhimento familiar é uma das modalidades de atendimento de crianças e adolescentes que precisam ser provisoriamente afastados de sua família de origem por medida protetiva. Segundo o ECA, ela deve ter preferência em relação ao acolhimento institucional. Segundo o **MPRJ**, diferentemente dos abrigos institucionais, em que crianças em situação de vulnerabilidade são cuidadas por educadores contratados, no acolhimento familiar elas são recebidas por famílias que ficam com a guarda provisória da criança ou do adolescente até que possam retornar à sua família de origem ou serem encaminhados para adoção. 'Teríamos que ter número maior de crianças em acolhimento familiar, como ocorre em outros países e regiões, como os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido, que têm índices elevados

desse tipo de acolhimento. No Brasil, ocorre o inverso', diz o promotor de Justiça Rodrigo Medina. O objetivo do Seminário Estadual Família Acolhedora é, portanto, segundo Medina, fortalecer os serviços que já existem no estado de acolhimento familiar, além de orientar, capacitar e repassar informações aos gestores municipais que ainda não implementaram a modalidade. Censo inédito - Para qualificar a discussão, o **MPRJ** divulga o censo inédito sobre acolhimento familiar no Rio de Janeiro, com dados extraídos do Módulo Criança e Adolescente (MCA). Os dados mostram que apenas 16 dos 92 municípios fluminenses têm essa modalidade de acolhimento familiar. A maior parte dessas crianças e adolescentes está na cidade do Rio de Janeiro (67,19%), seguida por São Gonçalo (17,19%) e Nova Iguaçu (4,69%). O censo mostra ainda que 37,5% das crianças acolhidas em famílias têm até 6 anos de idade. Outras 25% têm entre 7 e 11 anos; 21,88%, entre 12 e 15 anos; e 15,63%, entre 16 e 18 anos. Pouco mais da metade (51,5%) são meninos e 88,3% são negros. O principal motivo de acolhimento dessas crianças e adolescentes é negligência (38,8%), seguido de transferência de outro regime de atendimento (20,31%) e responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença (7%). Segundo Medina, o acolhimento familiar é capaz de proporcionar mais cuidado e atenção a crianças e adolescentes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade. As famílias voluntárias são cuidadosamente selecionadas e as crianças são acompanhadas quase diariamente por equipes especializadas durante o período de acolhimento. Com o objetivo de ampliar o atendimento no Brasil, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora, grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais no assunto, atores governamentais e não governamentais, estabeleceu a meta de que, até 2025, pelo menos 20% de todas as crianças e adolescentes no Brasil que necessitam de acolhimento estejam em famílias acolhedoras. Em todo o país, cerca de 6% das crianças e adolescentes são atendidos por essa modalidade. "Há vários entraves em relação a esse programa, que vão desde o desconhecimento dos gestores municipais, que não sabem como funciona e

não conhecem os benefícios para a criança, que ao invés de estar em uma instituição, está em uma casa de família, até as dificuldades de logística, de localizar e de capacitar essas famílias voluntárias", diz Medina. O seminário é promovido pelo **MPRJ**, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da **Infância e Juventude** (CAO **Infância e Juventude**), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens. O evento conta com painéis, e palestras abordarão diferentes aspectos do acolhimento familiar, com o objetivo de difundir o serviço entre os municípios do estado. Entre os especialistas que participarão do seminário estão acolhedores, representantes do Ministério da **Cidadania** e profissionais de áreas como psicologia, assistência social, serviço social e políticas públicas. (Foto: Fernando Frazão / Agência Brasil)

Assuntos e Palavras-Chave: Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ

Estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

pp_amp_intext |

/75894840,22469841251/FOCO_REGIONAL_AMP_02

Evento realizado nesta segunda-feira (21) no **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)** chama a atenção para a necessidade de ampliar o serviço de acolhimento familiar no estado. No Rio, das 1.455 crianças e adolescentes acolhidos, apenas 128, o equivalente a 8,8%, estão em famílias acolhedoras. A meta é chegar a pelo menos 20% até 2025. Essa modalidade está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O acolhimento familiar é uma das modalidades de atendimento de crianças e adolescentes que precisam ser provisoriamente afastados de sua família de origem por medida protetiva. Segundo o ECA, ela deve ter preferência em relação ao acolhimento institucional. Segundo o **MPRJ**, diferentemente dos abrigos institucionais, em que crianças em situação de vulnerabilidade são cuidadas por educadores contratados, no acolhimento familiar elas são recebidas por famílias que ficam com a guarda provisória da criança ou do adolescente até que possam retornar à

sua família de origem ou serem encaminhados para adoção.

'Teríamos que ter número maior de crianças em acolhimento familiar, como ocorre em outros países e regiões, como os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido, que têm índices elevados desse tipo de acolhimento. No Brasil, ocorre o inverso', diz o promotor de Justiça Rodrigo Medina.

pp_amp_intext |

/75894840,22469841251/FOCO_REGIONAL_AMP_03

O objetivo do Seminário Estadual Família Acolhedora é, portanto, segundo Medina, fortalecer os serviços que já existem no estado de acolhimento familiar, além de orientar, capacitar e repassar informações aos gestores municipais que ainda não implementaram a modalidade.

Censo inédito - Para qualificar a discussão, o **MPRJ** divulga o censo inédito sobre acolhimento familiar no Rio de Janeiro, com dados extraídos do Módulo Criança e Adolescente (MCA). Os dados mostram que apenas 16 dos 92 municípios fluminenses têm essa modalidade de acolhimento familiar. A maior parte dessas crianças e adolescentes está na cidade do Rio de Janeiro (67,19%), seguida por São Gonçalo (17,19%) e Nova Iguaçu (4,69%).

O censo mostra ainda que 37,5% das crianças acolhidas em famílias têm até 6 anos de idade. Outras 25% têm entre 7 e 11 anos; 21,88%, entre 12 e 15 anos; e 15,63%, entre 16 e 18 anos. Pouco mais da metade (51,5%) são meninos e 88,3% são negros.

O principal motivo de acolhimento dessas crianças e adolescentes é negligência (38,8%), seguido de transferência de outro regime de atendimento (20,31%) e responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença (7%).

pp_amp_intext |

/75894840,22469841251/FOCO_REGIONAL_AMP_04

Segundo Medina, o acolhimento familiar é capaz de proporcionar mais cuidado e atenção a crianças e adolescentes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade. As famílias voluntárias são cuidadosamente selecionadas e as crianças são acompanhadas quase diariamente por equipes especializadas durante o período de acolhimento.

Com o objetivo de ampliar o atendimento no Brasil, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora, grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais no assunto, atores governamentais e não governamentais, estabeleceu a meta de que, até 2025, pelo menos 20% de todas as crianças e adolescentes no Brasil que necessitam de acolhimento estejam em famílias acolhedoras. Em todo o país, cerca de 6% das crianças e adolescentes são atendidos por essa modalidade.

"Há vários entraves em relação a esse programa, que vão desde o desconhecimento dos gestores municipais, que não sabem como funciona e não conhecem os benefícios para a criança, que ao invés de estar em uma instituição, está em uma casa de família, até as dificuldades de logística, de localizar e de capacitar essas famílias voluntárias", diz Medina.

pp_amp_intext |

/75894840,22469841251/FOCO_REGIONAL_AMP_05

O seminário é promovido pelo **MPRJ**, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da **Infância e Juventude** (CAO **Infância e Juventude**), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens. O evento conta com painéis, e palestras abordarão diferentes aspectos do acolhimento familiar, com o objetivo de difundir o serviço entre os municípios do estado. Entre os especialistas que participarão do seminário estão acolhedores, representantes do Ministério da **Cidadania** e profissionais de áreas como psicologia, assistência social, serviço social e políticas públicas. (Foto: Fernando Frazão / Agência Brasil)

Compartilhe:

Assuntos e Palavras-Chave: Assuntos de Interesse - Cidadania, Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Estado, MPRJ na Mídia - MPRJ

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado **Jornal Brasil em Folhas**

Evento realizado hoje (21) no **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)** chama a atenção para a necessidade de ampliar o serviço de acolhimento familiar no estado. No Rio, das 1.455 crianças e adolescentes acolhidos, apenas 128, o equivalente a 8,8%, estão em famílias acolhedoras. A meta é chegar a pelo menos 20% até 2025. Essa modalidade está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O acolhimento familiar é uma das modalidades de atendimento de crianças e adolescentes que precisam ser provisoriamente afastados de sua família de origem por medida protetiva. Segundo o ECA, ela deve ter preferência em relação ao acolhimento institucional. Segundo o **MPRJ**, diferentemente dos abrigos institucionais, em que crianças em situação de vulnerabilidade são cuidadas por educadores contratados, no acolhimento familiar elas são recebidas por famílias que ficam com a guarda provisória da criança ou do adolescente até que possam retornar à sua família de origem ou serem encaminhados para adoção.

Notícias relacionadas:

CNJ: Justiça manda apurar situação de crianças em acampamentos .Após pandemia, Rio amplia acolhimento de crianças e adolescentes. "Teríamos que ter número maior de crianças em acolhimento familiar, como ocorre em outros países e regiões, como os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido, que têm índices elevados desse tipo de acolhimento. No Brasil, ocorre o inverso", diz o promotor de Justiça Rodrigo Medina.

O objetivo do Seminário Estadual Família Acolhedora é, portanto, segundo Medina, fortalecer os serviços que já existem no estado de acolhimento familiar, além de orientar, capacitar e repassar informações aos gestores municipais que ainda não implementaram a modalidade.

Censo inédito

Para qualificar a discussão, o **MPRJ** divulga o censo inédito sobre acolhimento familiar no Rio de Janeiro, com dados extraídos do Módulo Criança e Adolescente (MCA). Os dados mostram que apenas 16 dos 92 municípios fluminenses têm essa modalidade de acolhimento familiar. A maior parte dessas crianças e adolescentes está na cidade do Rio de Janeiro (67,19%), seguida por São Gonçalo (17,19%) e Nova Iguaçu (4,69%).

O censo mostra ainda que 37,5% das crianças acolhidas em famílias têm até 6 anos de idade. Outras 25% têm entre 7 e 11 anos; 21,88%, entre 12 e 15 anos; e 15,63%, entre 16 e 18 anos. Pouco mais da metade (51,5%) são meninos e 88,3% são negros.

O principal motivo de acolhimento dessas crianças e adolescentes é negligência (38,8%), seguido de transferência de outro regime de atendimento (20,31%) e responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença (7%).

Segundo Medina, o acolhimento familiar é capaz de proporcionar mais cuidado e atenção a crianças e adolescentes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade. As famílias voluntárias são cuidadosamente selecionadas e as crianças são acompanhadas quase diariamente por equipes especializadas durante o período de acolhimento.

Com o objetivo de ampliar o atendimento no Brasil, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora, grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais no assunto, atores governamentais e não governamentais, estabeleceu a meta de que, até 2025, pelo menos 20% de todas as crianças e adolescentes no Brasil que necessitam de acolhimento estejam em famílias acolhedoras. Em todo o país, cerca de 6% das

crianças e adolescentes são atendidos por essa modalidade.

“Há vários entraves em relação a esse programa, que vão desde o desconhecimento dos gestores municipais, que não sabem como funciona e não conhecem os benefícios para a criança, que ao invés de estar em uma instituição, está em uma casa de família, até as dificuldades de logística, de localizar e de capacitar essas famílias voluntárias”, diz Medina.

O seminário é promovido pelo **MPRJ**, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da **Infância e Juventude** (CAO **Infância e Juventude**), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens. O evento conta com painéis, e palestras abordarão diferentes aspectos do acolhimento familiar, com o objetivo de difundir o serviço entre os municípios do estado. Entre os especialistas que participarão do seminário estão acolhedores, representantes do Ministério da Cidadania e profissionais de áreas como psicologia, assistência social, serviço social e políticas públicas. A programação está disponível online.

Assuntos e Palavras-Chave: Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Rio, MPRJ na Mídia - MPRJ

MPRJ divulga censo inédito de acolhimento familiar no estado

Evento realizado hoje (21) no **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)** chama a atenção para a necessidade de ampliar o serviço de acolhimento familiar no estado. No Rio, das 1.455 crianças e adolescentes acolhidos, apenas 128, o equivalente a 8,8%, estão em famílias acolhedoras. A meta é chegar a pelo menos 20% até 2025. Essa modalidade está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O acolhimento familiar é uma das modalidades de atendimento de crianças e adolescentes que precisam ser provisoriamente afastados de sua família de origem por medida protetiva. Segundo o ECA, ela deve ter preferência em relação ao acolhimento institucional. Segundo o **MPRJ**, diferentemente dos abrigos institucionais, em que crianças em situação de vulnerabilidade são cuidadas por educadores contratados, no acolhimento familiar elas são recebidas por famílias que ficam com a guarda provisória da criança ou do adolescente até que possam retornar à sua família de origem ou serem encaminhados para adoção.

Notícias relacionadas:

"Teríamos que ter número maior de crianças em acolhimento familiar, como ocorre em outros países e regiões, como os Estados Unidos, a Austrália e o Reino Unido, que têm índices elevados desse tipo de acolhimento. No Brasil, ocorre o inverso", diz o promotor de Justiça Rodrigo Medina.

O objetivo do Seminário Estadual Família Acolhedora é, portanto, segundo Medina, fortalecer os serviços que já existem no estado de acolhimento familiar, além de orientar, capacitar e repassar informações aos gestores municipais que ainda não implementaram a modalidade.

Censo inédito

Para qualificar a discussão, o **MPRJ** divulga o censo inédito sobre acolhimento familiar no Rio de Janeiro,

com dados extraídos do Módulo Criança e Adolescente (MCA). Os dados mostram que apenas 16 dos 92 municípios fluminenses têm essa modalidade de acolhimento familiar. A maior parte dessas crianças e adolescentes está na cidade do Rio de Janeiro (67,19%), seguida por São Gonçalo (17,19%) e Nova Iguaçu (4,69%).

O censo mostra ainda que 37,5% das crianças acolhidas em famílias têm até 6 anos de idade. Outras 25% têm entre 7 e 11 anos; 21,88%, entre 12 e 15 anos; e 15,63%, entre 16 e 18 anos. Pouco mais da metade (51,5%) são meninos e 88,3% são negros.

O principal motivo de acolhimento dessas crianças e adolescentes é negligência (38,8%), seguido de transferência de outro regime de atendimento (20,31%) e responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença (7%).

Segundo Medina, o acolhimento familiar é capaz de proporcionar mais cuidado e atenção a crianças e adolescentes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade. As famílias voluntárias são cuidadosamente selecionadas e as crianças são acompanhadas quase diariamente por equipes especializadas durante o período de acolhimento.

Com o objetivo de ampliar o atendimento no Brasil, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora, grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais no assunto, atores governamentais e não governamentais, estabeleceu a meta de que, até 2025, pelo menos 20% de todas as crianças e adolescentes no Brasil que necessitam de acolhimento estejam em famílias acolhedoras. Em todo o país, cerca de 6% das crianças e adolescentes são atendidos por essa modalidade.

"Há vários entraves em relação a esse programa, que vão desde o desconhecimento dos gestores municipais, que não sabem como funciona e não conhecem os benefícios para a criança, que ao invés de

estar em uma instituição, está em uma casa de família, até as dificuldades de logística, de localizar e de capacitar essas famílias voluntárias", diz Medina.

O seminário é promovido pelo **MPRJ**, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da **Infância e Juventude** (CAO **Infância e Juventude**), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens. O evento conta com painéis, e palestras abordarão diferentes aspectos do acolhimento familiar, com o objetivo de difundir o serviço entre os municípios do estado. Entre os especialistas que participarão do seminário estão acolhedores, representantes do Ministério da Cidadania e profissionais de áreas como psicologia, assistência social, serviço social e políticas públicas. A programação está disponível online.

Assuntos e Palavras-Chave: Assuntos de Interesse - Infância e Juventude, MPRJ na Mídia - Ministério Público do Rio, MPRJ na Mídia - MPRJ